



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



LEI MUNICIPAL Nº. 563/2010

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CMPBF DE PARANAÍTA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Programa Bolsa Família, órgão colegiado de controle e participação social do Programa Bolsa Família, que foi instituído pela Lei 10.836, de 09/01/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17/09/2004.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família:

- I** - acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional;
- II** - Acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- III** - Acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;
- IV** - Estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional;
- V** - Elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno;
- VI** - Exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo Único - Para o pleno exercício das competências previstas no caput deste artigo, incisos I e VI, ao Conselho Municipal do Programa Bolsa Família será franqueado acesso aos formulários do Cadastro Único do Governo Federal e aos dados e informações constantes em sistema informatizado desenvolvido para gestão, controle e acompanhamento do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes, bem como as informações relacionadas as condicionalidades, além de outros que venham a ser definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



Seção I Da Composição

Art. 3º - O Conselho Municipal do Programa Bolsa Família terá 06 (seis) membros efetivos e 06 (seis) membros suplentes, com a seguinte representação:

I – Do Governo Municipal

- a)** um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e o respectivo suplente;
- b)** um representante da Secretaria Municipal de Educação e o respectivo suplente;
- c)** um representante da Secretaria municipal de Saúde e o respectivo suplente.

II – Da Sociedade Civil

- a)** um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e o respectivo suplente;
- b)** um representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e o respectivo suplente;
- c)** um representante beneficiário do Programa Bolsa Família e o respectivo suplente.

Art. 4º - Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Municipal do Programa Bolsa Família serão nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se apenas uma recondução ao cargo.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal são de livre escolha do Prefeito Municipal e suas indicações se farão dentro do prazo previsto no ato convocatório, que não excederá a 10 (dez) dias de sua edição.

§ 2º - Os representantes da Sociedade Civil serão escolhidos pelas respectivas entidades que os indicarem, dentro do prazo fixado no ato convocatório, que não excederá a 10 (dez) dias de sua edição.

§ 3º - Os Conselheiros serão nomeados e empossados por ato do Prefeito Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data estabelecida no ato convocatório, para encerramento das respectivas indicações.

§ 4º - O primeiro ato convocatório para composição do Conselho Municipal do Programa Bolsa Família será expedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua criação legal.

Art. 5º - A atividade dos membros do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família reger-se-á pelas disposições seguintes:



I - O exercício da função de Conselheiro é considerado “serviço público relevante” e não será remunerado.

II - Os conselheiros serão excluídos do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas;

III - Os membros do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 6º - O Conselho municipal do Programa Bolsa Família definirá, através do Regimento Interno, a forma de funcionamento e organização e será composto da seguinte estrutura:

- I** – Diretoria Executiva;
- II** – Controle de Instância;
- III** – Plenário.

Art. 7º - A Diretoria Executiva será composta por um presidente, um Vice-presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário e terá suas funções e atribuições previstas no Regimento Interno ou estabelecidas em reunião plenária.

Art. 8º - As Comissões para o Controle de Instância serão constituídas por deliberações do Plenário, com o objetivo estabelecido de proceder exames, análises, levantamentos e estudos necessários aos pareceres, medidas e deliberações a serem tomadas pelo Plenário nas questões de sua competência.

§ 1º - As Comissões terão caráter temporário e serão constituídos para desenvolver trabalhos específicos, definidos pelo Plenário, findo os quais estarão dissolvidos.

§ 2º - Cada Comissão será composta por, no Maximo, 03 (três) Conselheiros, escolhidos em reunião Plenária.

§ 3º - As normas de funcionamento serão estabelecidas por cada Comissão, em harmonia com a Diretoria Executiva e em função da especificidade de cada missão.

Art. 9º – Plenário é o órgão deliberativo do CMPBF e se constitui pela reunião dos Conselheiros efetivos, ou suplentes que interinamente os substituam.

§ 1º - O Plenário reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, em dia e horário previamente estabelecidos, ou extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação formal do Presidente da Diretoria Executiva enviada aos Conselheiros, com antecedência de no mínimo 03 (três) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



§ 2º - O Plenário não poderá reunir-se com a presença inferior a metade mais um de seus membros efetivos ou respectivos substitutos.

§ 3º— As normas e decisões estabelecidas pelo Conselho serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, Constituirão o Regimento Interno do Conselho.

Art. 10º – Ao Presidente competem, entre outros, definidos em Regimento Interno, os seguintes poderes e atribuições:

- a)** dirigir e supervisionar todas as atividades do Conselho;
- b)** baixar os atos de execução das decisões do Conselho e demais documentos constitutivos de obrigações;
- c)** assinar, juntamente com o 1º Secretário Executivo, todos os documentos constitutivos de obrigações;
- d)** convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- e)** representar o Conselho, nas limitações da Lei ;
- f)** verificar periodicamente a ação dos funcionários responsáveis pelo Programa Bolsa Família no âmbito municipal.

Art. 11º – Ao Vice-presidente compete interar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o em seus impedimentos;

Art. 12º – Compete ao 1º Secretário Executivo, entre outras, definidas em Regimento Interno as seguintes atribuições:

a) secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho e das Comissões, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;

b) Assinar, juntamente com o Presidente, todos documentos constitutivos de obrigações.

Art. 13º – ao 2º secretário executivo compete interar-se permanentemente pelo trabalho do 1º Secretário Executivo, substituindo-o em seus impedimentos.

Art. 14º – Os Conselheiros eleitos ou indicados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome do Conselho, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má fé.

§ 1º - o Conselho responderá pelos atos que se referem este artigo, se houver ratificado ou deles logrado proveito;

§ 2º- Poderá o Conselho criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento das atividades exercidas pelos funcionários do Programa Bolsa Família no âmbito municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



Art. 15º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, em 30 de abril de 2010.

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA
Prefeito Municipal